

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

NETO, Bernardo Pericás. Bernardo Pericás Neto (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 45min).

**Bernardo Pericás Neto
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel ;

Levantamento de dados: Oliver Stuenkel; Thiago Augusto Esteves Kunis;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Oliver Stuenkel; Thiago Augusto Esteves Kunis;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 05/11/2014 a 05/11/2014

Duração: 2h 45min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais.

Temas: Acordos e tratados políticos; África; América do Sul; América Latina; Argentina; Asilo político; Bélgica; Brasil; Canadá; Caribe; Chile; Colômbia; Conflitos internacionais; Crise política; Cuba; Democracia; Diplomacia; Economia; Energia elétrica; Estados Unidos da América; Família; Fronteira; Golpe de estado; Guerra do Paraguai (1864-1870); Guerra Fria; Haiti; Itaipú Binacional; João Clemente Baena Soares; Medicina; Mercosul; Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos; Paraguai; Política externa; Redemocratização; Venezuela;

Sumário

Entrevista: 05.11.2014

Arquivo 1: Chegada à OEA; relação com João Clemente Baena Soares; atuação de João Clemente Baena Soares na OEA; criação de cláusula democrática na OEA; visita à Venezuela; contato com Carlos Andrés Pérez; debate sobre a Carta Democrática na OEA; considerações sobre a redemocratização chilena; considerações sobre Tratados Interamericanos de Assistência Recíproca; considerações sobre golpes militares na América Latina; considerações sobre a entrada do Canadá na OEA; considerações sobre a atuação da Estados Unidos na OEA; relação com Luigi Einaudi; atuação de Luigi Einaudi; comentários sobre o fim da Guerra Fria; considerações sobre OEA; atuação do Brasil na OEA; atuação do Brasil em relação à tentativa de golpe na Venezuela e Haiti; considerações sobre Haiti; atuação da OEA em relação à crise no Haiti; relação ONU e OEA; considerações sobre sanções ao Haiti; crise no Haiti; comentários sobre o papel do Brasil na resolução de conflitos; ida à Bélgica; retorno à América; considerações sobre relação Brasil-América do Sul; comentários sobre crise no Paraguai; comentários sobre caso Stroessner; ida para o Paraguai; relação com Juan Carlos María Wasmosy Monti; comentários sobre crise no Paraguai.

Arquivo 2: Comentário sobre período na Bélgica; comentários sobre relações familiares; considerações sobre a cidade de Assunção; influência brasileira no Paraguai; comentários sobre Embaixada Brasileira no Paraguai; posse de Raúl Cubas; crise do Paraguai 96/99; considerações sobre Raúl Cubas; atuação do Brasil na crise do Paraguai 96/99; comentários sobre crise Paraguai 2012; considerações sobre golpes de estado; comentário sobre golpe constitucional; comentário sobre democracia no Paraguai; crise do Paraguai 96/99; considerações sobre Itaipu; renúncia de Raúl Cubas; asilo de Raúl Cubas no Brasil; considerações sobre tentativa de golpe em 2000 no Uruguai; comentários sobre prisão de Oviedo; comentários sobre Mercosul; comentários sobre cláusula democrática no Mercosul; comentários sobre atuação dos Estados Unidos na Crise do Paraguai 96/99; comentário sobre atores na crise do Paraguai 96/99.

Arquivo 3: Processo para o asilo de Raúl Cubas no Brasil; processo de asilo de Lino Oviedo na Argentina; relação com Lino Oviedo; comentários da política externa do EUA na América Latina; comentários sobre a relação Brasil-Paraguai; comentário sobre conflito de terras entre brasileiros e paraguaios; comentários sobre controle de fronteira entre Brasil e Paraguai; comentários sobre a Embaixada brasileira no Paraguai; comentários sobre a memória dos paraguaios sobre a Guerra do Paraguai; comentários sobre memória política paraguaia; investimentos brasileiros no Paraguai; comentários sobre transição de energia elétrica de Itaipu para o Brasil; comentários sobre crise do Paraguai 96/99; comentários sobre a cláusula democrática do Mercosul; complicações diplomáticas em relação à Itaipu; comentário sobre estadia na Embaixada brasileira em Cuba; comentários sobre as relações Brasil-Cuba; comentários sobre as relações Cuba-Estados Unidos; comentários sobre a construção do Porto de Mariel; comentários sobre a economia cubana; comentários sobre a diplomacia cubana; comentários sobre a Organização da América Latina e Caribe; comentários sobre as relações Brasil-Cuba; comentários sobre relações entre Colômbia-Cuba; comentários sobre conflitos na Colômbia; comentários sobre as relações entre Cuba e

países do continente africano; comentários sobre a medicina cubana.

Fundação Getúlio Vargas

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Projeto: O Brasil em Crises Internacionais

Entrevistado: Bernardo Pericás Neto

Local: Rio de Janeiro - RJ

Entrevistadores: Oliver Stuenkel, Marcos Tourinho

Transcrição: Liris Ramos de Souza

Data da transcrição: 03-03-2015

Entrevista: 05-11-2014

Conferência de fidelidade: Joice Barbaresco

Data da conferência de fidelidade: 08/04/2015

M.T. – Embaixador, estamos analisando cada uma das crises, principalmente crises democracias na região, desde o final dos anos 80, começo dos anos 90 e tentando traçar uma evolução no engajamento brasileiro, tentando pensar nas transformações, nas ideias sobre essas crises, mas também os mecanismos que o Brasil usou, e que a diplomacia usou para resolver o problema. E o Paraguai obviamente é uma das principais instâncias.

O.S. - Exato. Uma coisa também importante é que nessa questão a gente vê uma transformação: antigamente usava-se como plataforma a OEA, hoje em dia mais a Unasul, Eu acho que a primeira situação que a gente queria abordar é quando o senhor chega como embaixador, como chefe da missão do Brasil junto a OEA em janeiro de 1990. Queríamos primeiro saber um pouco como foi quando o senhor chegou, qual foi a relação do Brasil com a instituição naquele momento, como se via a OEA naquela época?

B.P. -. Certo. Quando eu cheguei lá, o secretário geral já era o Baena Soares, que tinha sido secretário geral do Itamaraty com Guerreiro. Então nós tínhamos, eu inclusive, tinha trabalhado no projeto de eleição do Baena, de quem eu devo dizer que na OEA, até hoje, se guarda uma lembrança muito boa. Ele foi um secretário geral muito afirmativo.

M.T. - Nós conversamos com ele esse ano.

B.P. - É? Outro dia eu estava conversando com um ex-colega meu, ex-colega argentino, na OEA, que me dizia que depois do Baena, o negocio, desandou etc. Que o Baena realmente procurou manter a OEA numa linha e uma organização relativamente independente. A gente sabe que independente nenhuma é, mas enfim, relativamente independente. Quando eu cheguei, lá encontrei esse processo, digamos, uma OEA dinamizada. Aí houve algumas iniciativas ali que foram interessantes. Eu cheguei logo depois da invasão do Panamá. Então, quer dizer, isso já era um capítulo encerrado. Mas outras coisas aconteceram depois. Em termos da organização propriamente, eu acho que um grande projeto que houve naquele momento foi a reforma da Carta e a criação da regra democrática, que foi um tema muito discutido porque era preciso separar o que era a regra democrática na organização e o que era a regra democrática na relação bilateral.

M.T. - E houve uma tentativa concreta de estabelecer, ampliar a cláusula democrática nesse sentido?

B.P. - Havia uma linha que era defendida pela Venezuela, Carlos Andrés Pérez [risos], que sofreu a tentativa de golpe do Chavez. Eu fui a Venezuela nessa época, eu era presidente do conselho e a OEA aprovou uma resolução sobre democracia na Venezuela etc, aí fomos, o embaixador da Venezuela, o Baena e eu como presidente do conselho, entregar ao Carlos Andrés a resolução da OEA, que condenava qualquer tentativa etc. Eles eram muito democráticos, Carlos Andrés reuniu todos os ex-presidentes, todo corpo diplomático para receber a resolução, mas enfim...

O.S. - Isso foi quando exatamente?

B.P. - Foi após o golpe do Chavez. Como equacionar essa questão da cláusula democrática, fazer com que isso fosse uma coisa útil e não apenas um instrumento para forçar determinados países a tomar certas atitudes? Criou-se uma comissão que no caso eu presidi e aprovou um projeto que foi a reforma da carta, depois houve aquela resolução de Santiago, que foi empurrada pelos chilenos e outros.

M.T. - Quais outras opções e debates estavam na mesa sobre a Carta Democrática?

B.P. - Não era que houvesse propriamente opções no debate, quer dizer, era a busca de um texto que refletisse essa preocupação. Eu, brincava muito com as pessoas, falava, nossa visão é a seguinte “ a ideia é de que isso aqui é um clube, então você pode estabelecer para este clube: só entra de gravata democrática. Tudo bem. Agora, você não vai me impedir de convidar à minha casa uma pessoa sem gravata, é outro nível de relação”. Que na verdade é o que se pratica... você tem o exemplo recente do Egito com os Estados Unidos, que não aceita o golpe militar etc. Exceto quando [risos] não é golpe militar; você tem uma legislação que só é golpe militar quando você caracteriza como golpe militar. Era a posição realista que nós tínhamos.

O.S. - Cuba estava na sombra, digo, nesse debate sobre a Carta, foi parte da motivação, tinha a ver com Cuba nesse momento?

B.P. - Não creio. Quando eu já estava na OEA, o Chile se redemocratiza e volta a ser um país atuante. O Chile é, em geral, muito competente nessa área diplomática, tem uma tradição grande. Inclusive, alguns que se reincorporaram, que tinham ficado de fora e os organismos internacionais tinham um grande número de chilenos, gente que saiu e até amigos meus que depois eu reencontrei já incorporados ao serviço diplomático chileno. Eles sempre foram competentes. E os chilenos estavam muito nessa linha, muito influenciados pelo drama chileno, Pinochet etc. Querendo fazer uma coisa que ia além do que, interessava a outros países que não tinham essa percepção de que nós estávamos sendo redemocratizados etc, e essa ideia de você ter uma organização que pudesse influir mais diretamente em situações internas, não que isso fosse em si necessariamente mal, mas é que ninguém também tem confiança que a organização vai influir. Não deveria. Enfim, era um pouco isso. Então fez-se essa reforma que eu acho que foi uma coisa importante e ao mesmo tempo começou a ideia de segurança hemisférica, e isso envolvia um debate que incluía o próprio TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), toda a questão do TIAR: TIAR é isso, TIAR é aquilo, está superado, não está superado... Eu dou uma opinião que é essencialmente pessoal, eu era muito contra a qualquer reforma do TIAR, porque eu achava que era preferível um TIAR superado que um [TR]* renovado. Então, esse negócio não funciona, tudo bem, deixa ele lá, vocês recordarão inclusive que nós invocamos o TIAR quando houve o caso das Torres Gêmeas. Que era uma maneira de demonstrar que nós sentíamos...

M.T. - Apoio

B.P. - É, apoio. Naquela altura que eu estava na OEA, a visão que havia era de que não eram coisas que conviesse mexer. Eu acho que era a visão de governo naquele momento, mas certamente era também uma convicção minha.

M.T. - Chegou a ser discutido completamente uma reforma?

B.P. - Falou-se, sim...

M.T. - Em que termo?

B.P. - Primeiro vamos abolir o TIAR, vamos denunciá-lo, acabar com ele. E nessa época também se criou essa comissão de segurança hemisférica, que foi presidida pelo embaixador Patiño Meyer, o representante da Argentina, que era muito amigo meu. A Argentina vinha também, num processo de sair da ditadura etc. Voltavam algumas diferentes correntes peronistas, isso acho que já era no governo Menem. A Argentina também tinha uma preocupação muito grande. Eu me lembro de participar de seminários, inclusive com ele, com os argentinos e chilenos etc, e uma daquelas organizações interessantes que tem nos Estados Unidos, que são organizações independentes, custeadas pelo partido republicano e pelo partido democrata [risos]. E me lembro de um debate que o tema era justamente ligado a essa questão de segurança e tudo mais. Mas o tema era redução das Forças Armadas na América Latina, que eram as fontes de golpe, etc. Compreensivelmente os argentinos e os chilenos eram a favor dessa tese. Eu, em uma participação essencialmente pessoal disse: acho que no caso do Brasil é ao contrário, precisamos aumentar porque a proporção do número de militares que nós temos, para um país com essa extensão territorial, nos deixa desguarnecidos. Eu não posso partir do princípio que os militares vão dar golpe, então diminuir os militares não seria possível. Eles têm uma função. Me lembrei, inclusive de funções que as Forças Armadas no Brasil desempenharam e acho que desempenham ainda. Me lembro de quando fiz serviço militar, o pessoal que vinha do interior (eu sou do Paraná), quando chegava, chegava completamente xucro, chegavam analfabetos, nunca tinham tido um exame médico. Então eram vacinados, alfabetizados, aprendiam uma profissão, seja de motorista, de datilógrafo, o que seja, enfim, tinham um papel nesse contexto social também, o que era preciso para não esquecer que isso ocorria no Brasil. Não sei como é na Argentina e

no Chile, mas enfim. Voltando à OEA propriamente dita, criou-se essa comissão de segurança, que eu acho que não fez grandes avanços. Propiciou um pouco esse debate, houve interesse também. No momento que eu assumi a minha função na OEA, quase simultaneamente, o primeiro representante do Canadá assumia também, e havia sempre aquela ideia de quando o Canadá chegasse tudo seria melhor, porque Canadá é um país maravilhoso [risos]. É um país muito simpático realmente, mas é um país muito ligado aos Estados Unidos, então, na verdade, a tendência do Canadá é acompanhar os Estados Unidos. Mas enfim, uma versão light [risos] dos Estados Unidos. Tivemos bons representantes lá. Era um debate longo, eu me lembro que os canadenses mandaram gente ao Brasil, eles passaram anos nessa coisa tão lenta; não tinha tanta sequência mas eles começaram nesse período e a grande consequência naquele momento foi a discussão do orçamento na OEA. Claro que o Canadá queria pagar menos que nós, e foi por aí. Agora, o Canadá tem importância grande porque eles têm presença muito forte no Caribe, então o Canadá trazia um apoio caribenho bastante importante em determinadas questões, e o Caribe é praticamente, numericamente, decisivo.

M.T. - E os Estados Unidos na OEA nesse momento, qual era a relação deles?

B.P. - Era um bom momento porque o embaixador americano lá era Luigi Einaudi que é um acadêmico. Fazia todos os seus discursos em espanhol. Eu gosto muito dele. Tenho uma relação muito boa até hoje. E ele agora está muito envolvido lá com as coisas da família na Itália, acho que até aquela editora, na Itália, Einaudi. Ele tem família na Itália, e acho que tem vinhedos, mas ele foi embaixador grande parte do tempo que eu estive lá, não todo porque aí veio a eleição e ganhou o Clinton, e ele saiu porque era democrata, virou republicano, e aí...

O.S. - Não podia voltar atrás. [risos]

B.P. - O pecado era grande. Mas ele ficou grande parte e depois veio uma senhora muito simpática também, que o marido era secretário do Interior.

M.T. - Mas no governo Clinton, ele foi representante na crise Peru e Equador, naquela crise de fronteira, se não me engano ele era representante dos Estados Unidos...

B.P. - Einaudi? Mas já era Clinton?

M.T. - É 1995, 96.

B.P. - É, então é Clinton... Bom, deve ser um trabalho difícil [risos], mas ele era uma pessoa muito conversável, não era aquele estilo clássico. O Einaudi se preocupava muito em convencer, e como bom acadêmico, diante de um bom argumento, ele não tinha muito como reagir. Ele não tinha aquela coisa, “não, mas a nossa profissão é essa e acabou-se”.

O.S. - Claro.

B.P. - Bom, aí lembrando que uma das coisas que ocorreu também nesse período foi a crise do Haiti. A OEA teve uma participação grande naquilo.

M.T. - Vamos chegar nessa crise. Mas, então, no auge, no momento liberal, no começo do momento liberal americano, por causa de Einaudi as relações eram razoavelmente tranquilas?

B.P. - Não porque o Einaudi ainda era governo Bush, era liberal (Bush pai).

M.T. - Digo momento liberal do momento final da guerra fria. Unipolar, nesse sentido.

B.P. - Sim, sim. Tinha acabado. O Muro de Berlin caiu em dezembro, em 89. Eu estava lá nos Estados Unidos esperando para apresentar minhas credenciais e tinha que voltar. Eu estava lá, fiquei ouvindo, e as pessoas com aquela ilusão, dizendo, “mas a unificação não pode ser imediata”. [Risos]. Cai o muro, e acham que vão ficar esperando o que? Mas enfim, eu acho que o Einaudi fez muito bem esse papel, depois ele foi inclusive secretário geral adjunto, ele gostava, e até hoje ele mantém um e-mail da OEA.

O.S. - É mesmo, que simpático. [risos]

B.P. - Você vê que ele gostou muito da experiência. Enfim, eu acho que dos temas, a parte econômica da OEA sempre foi muito fraca. Houve aquela tentativa de fusão dos conselhos também, como parte dessa reforma, acho que não alterou nada. Acho que acaba sendo um bom foro para interagir, sobretudo com os caribenhos, porque na época nós não tínhamos esse número tão grande de embaixadas. Eu pessoalmente acho que ali pela OEA a gente tinha um bom caminho de interação com os caribenhos. As pessoas que eles mandam para lá, são pessoas que são relativamente importantes dentro dos países, são pessoas que muito frequentemente são também embaixadores ante no governo americano. Enfim, nós fomos

pelo caminho bilateral puro, mas é um período... Certamente você conhece o livro do *Baena*, acho que ali tem mais ou menos tudo que aconteceu. Nós tivemos depois um avanço, digamos nessa área de direitos humanos que foi importante, e assinamos coisas na OEA, me lembro do Celso Lafer indo lá para assinar acordos. Desculpe, mas eu não tenho isso muito fresco na memória. Nem tinha pensado em OEA porque vocês me falaram em Paraguai, eu também esqueci muita coisa.

M.T. - Vamos falar dessas duas crises (talvez tenham tido outras nesse período na OEA) que são a tentativa de golpe na Venezuela e o Haiti. Como o Brasil lidou com a tentativa de golpe na Venezuela, foi principalmente através da OEA, houve outros mecanismos?

B.P. - Olha, através da OEA certamente. Eu não saberia te dizer se outros mecanismos foram utilizados, mas, aquela manifestação de condenação ao golpe e tudo mais, foi feita através da OEA. Se me lembro bem foi unânime na OEA. A ideia de golpe militar era absolutamente condenada.

O.S. - Quando o senhor ficou sabendo, como se estabeleceu a posição brasileira? Como o presidente brasileiro se articulou em relação à imprensa? Isso foi uma reunião interna para ver qual seria a posição? Porque o Brasil poderia ter dito: não, vamos esperar para ver o que acontece. Inicialmente, o Brasil se posicionou de maneira bastante rápida. Isso foi um processo interno que o Itamaraty recomendou ao presidente ou isso foi uma coisa que o presidente ficou sabendo e disse “nós temos que condenar isso”?

B.P. - Não sei te dizer. Mas ali era uma situação muito clara, havia um presidente eleito, bom ou mal, mas havia um presidente eleito. Houve uma tentativa de golpe, que falhou. Não houve mudança e golpe que não deu certo é condenado. [risos] Quando dá certo aí você pode ponderar, talvez no caso do Egito, e outros que ocorreram. Mas enfim, ali era uma manifestação de apoio a um presidente eleito.

M.T. – Também houve uma crise no Haiti, com Aristide. A OEA foi muito protagonista nesse momento.

B.P. - O Aristide foi lá várias vezes, o Baena foi lá. A OEA como organização foi importante, para tentar encaminhar aquela coisa sem solução. Porque, francamente, a

perspectiva de resolver a situação do Haiti era ruim. Você vê que o Haiti até hoje continua com problemas de todo tipo, a situação lá é tão complicada. A OEA fez um esforço dentro da ideia de democracia, que era preciso que se mantivesse ou que se recuperasse o regime democrático. Havia muitas dúvidas também sobre o próprio Aristides. Então, eu acho que muitos países tinham atitudes, não diria dúvidas, mas de dúvidas sobre a maneira de encaminhar aquilo, porque muitas vezes na prática, a aplicação de certos princípios é complicada, difícil.

M.T. - E as sanções? A OEA impôs sanções voluntárias, primeiro.

B.P. - É.

M.T. - Depois o secretário geral escreveu uma carta ao conselho de segurança e foram impostas (algo que nunca tinha acontecido antes e nunca aconteceu depois) e transformadas em sanções do conselho de segurança, mas com participação importante da OEA.

B.P. - É, ali houve uma coisa complicada, porque houve um problema de relação entre a OEA e a ONU. Ali, a ONU, o Conselho de Segurança teoricamente não deveria estar sendo tratado no âmbito regional, Carta das Nações Unidas.

M.T. - Capítulo oito.

B.P. - É. Aí nós tivemos um debate lá sobre isso, porque havia duas correntes que achavam que a OEA tinha sido ignorada, posta de lado, pelas Nações Unidas, e havia aqueles que defendiam que, na verdade, aquilo era apenas uma consequência do que vinha sendo feito na OEA, que eu acho que foi a tese vencedora.

M.T. - Foi a tese vencedora. A narrativa histórica é que até por iniciativa da OEA, as Nações Unidas tornaram obrigatórias sanções que eram voluntárias, ampliaram as sanções como um apoio as ações da OEA.

B.P. - Eu posso dizer o seguinte, nesse assunto: eu me lembro que eu tinha chegado, nós tínhamos tido uma assembleia da OEA, em Managua, onde metade das delegações voltou doente, eu inclusive, alguns diziam que era dengue, e eu me lembro que eu fiquei em casa preparando um discurso sobre isso, e eu estava realmente me sentindo muito mal. Mas aí

tivemos maioria, e eu fiz um discurso - não sei se ainda tenho isso - que era justamente procurando esvaziar a crise entre a OEA e a ONU porque a minha ideia é que nós daríamos com a cabeça na parede, “pois a ONU não queria fazer”, fez, e na prática podia etc. E era justamente tentando defender a ideia da complementaridade, que foi a tese que aliás venceu. Tem lá essa sessão, acho que tem até do Haiti. Foi mais um episódio da crise do Haiti.

M.T. - O Brasil foi contra as sanções? A narrativa histórica essa é principalmente escrita pelo embaixador canadense na época, o Malone, que escreveu o principal livro sobre a crise. No argumento, ele menciona que o Brasil não era muito entusiasta das sanções contra o Haiti.

B.P. - Olha, o que eu me lembro especificamente, uma coisa assim meio anedótica, é que os americanos queriam flexibilizar as sanções, porque havia uma empresa no Haiti que fabricava bolas de beisebol [risos] e estavam criando problema, as sanções criaram problema. Para ser franco eu não tenho uma recordação muito clara do negócio das sanções, mas acho que nós as apoiamos com o Haiti. São países que já estavam se acabando, é difícil de separar o povo, as pessoas...

M.T. - Principalmente com sanções tão amplas. As sanções mais amplas na década de 90, junto com a Iugoslávia, foram as do Haiti.

B.P. - Sabe que o Haiti foi um dos primeiros assuntos que o Einaudi me falou a respeito? O Einaudi já seguia o Haiti há muito tempo. Eu me lembro que logo que cheguei eu fui visitá-lo, ele me perguntou sobre o Haiti. Me chamou atenção que ele já estava nessa época muito interessado. É uma crise permanente.

O.S. - Naquela época o Brasil ainda não tinha- como talvez chegou a ter a partir de 95, já na época do governo Fernando Henrique- uma atuação mais presente, por exemplo, nas tensões entre Equador e Peru, o Brasil já tinha um papel importante na resolução de conflitos. Também porque o Fernando Henrique era uma pessoa com projeção. Nos primeiros anos na década de 90, havia algum debate dentro do Itamaraty de que o Brasil tinha um papel especial na estabilização política na região, aquele papel, que a OEA era a principal ferramenta para estabilizar. Ou não havia esse tipo de debate? Hoje em dia tem-se bastante isso? Isso foi algo mais incipiente na época? Houve cobrança de Washington?

B.P. - Às vezes os americanos diziam isso, um papel mais ativo, a ideia de fazer, mas não me recordo de um debate candente: devemos fazer, não devemos fazer... Havia-se referências ocasionais. Sempre que se fazia uma coisa, quem era contra, dizia que era subimperialismo [risos]. Mas olha, eu devo dizer que não me recordo de um momento. Especialmente no período que estive mais na parte de formulação da política externa, durante o governo Figueiredo, eu era porta voz do ministério nessa época, mas participava de todas as reuniões. Era um sistema muito integrado nisso. No gabinete do Guerreiro, eu nunca vi nós assumirmos posições que não fossem indicadas por que se consideravam interesse nacional, inclusive em alguns casos, como esse que eu mencionei da visita do Figueiredo ao Chile, entrevista do Figueiredo defendendo a democracia etc. Depois não sei se houve alguma. Já no governo do Fernando Henrique...

O.S. - O senhor ficou quatro anos, em 1994 foi para Bélgica e depois voltou para a América do Sul em 1998?

B.P. – Sim, cheguei no começo de 98. Acho que foi de 98 a julho de 2000.

O.S. - Certo. Como o senhor enxerga a mudança, a diferença da relação que o Brasil tinha naquela época com a região? Porque isso é uma época a qual o Brasil já atua de maneira bastante visível no país.

B.P. - Acho que isso que vocês mencionaram logo no início da conversa, da ida do Figueiredo à Venezuela e à Colômbia, no início do governo, já era uma demonstração de preocupação maior com a América do Sul, pelo menos com a América Latina. Eu acho que há essa preocupação de não deixar a nossa relação concentrada apenas no Prata, que era um pouco a tradição. A ideia que você passa, 150 anos sem nunca um presidente brasileiro ter ido a Caracas ou Bogotá, é uma coisa...

M.T. - Inacreditável.

B.P. - É. Não ocorria a ninguém, e mostrava a distância que a gente estava desses países, que aí é verdade. Lembro-me da Venezuela na época do Carlos Andrés, você abria o jornal, havia, acho que a terceira página, toda de anúncios de médicos em Miami, porque todo venezuelano tinha casa lá.

O.S. - Claro.

B.P. - Fazia sentido, mas o venezuelano é muito voltado, o para o Caribe também. A Venezuela é outro país que tem grande presença no Caribe. E com todos os governos houve essa aproximação. Andrés Pérez no caso da Argentina, com Hugo Chavez mais ainda (mas eram países mais voltados para o norte, e acho que aí foi uma coisa muito importante que se fez em termos bilaterais).

O.S. - Então o senhor apontaria a época do Figueiredo como início de uma tendência, de um maior engajamento brasileiro para região?

B.P. - Pelo menos esses dois gestos práticos muito significativos, que tiveram que ser muito ponderados, inclusive para não serem mal interpretados no Prata. Iam dizer que Brasil está abandonando o Prata. Aquela história, ou você está fazendo de mais ou de menos, está ignorando. Havia a preocupação que não fosse mal interpretado, uma coisa em oposição à relação intensa, que não pode ser mais intensa que com Argentina, isso não há dúvida, mas a ideia que você não pode ignorar dois países. Sem falar em Suriname, etc., que aí já é outro nível de população.

M.T. - O Paraguai é outra crise permanente, um pouco também, e uma relação tão assimétrica com o Brasil, como o senhor enxerga essa relação, a chegada no Paraguai, quais os principais temas ou problemas da relação bilateral?

B.P. - A minha primeira experiência com Paraguai foi quando nós demos asilo ao Stroessner, que eu estava no Brasil nessa época. Acho que eu era chefe de, não sei se era organismos internacionais ou já era subsecretário, eu me lembro que eu passei uma tarde lá com o Paulo Tarso, que era secretário geral, vendo onde é que se podia colocar o Stroessner... houve muita crítica o fato do Brasil ter dado asilo, mas os paraguaios estão pedindo, preocupação dos paraguaios que tinham acabado de derrubar o Stroessner e queriam tirar ele de lá. E a ideia era essa, evitar um conflito. Para isso, parecia essencial tirar... Acho que deu muito certo...

O.S. - Como foi esse debate, quais foram as opções, como recebê-lo, onde...?

B.P. - Eu me lembro que o Paulo tinha um mapa, uma casa, um lugar ermo qualquer, havia evidentemente preocupações de segurança, e também de evitar ficar na fronteira, coisas

assim. Então a minha experiência foi útil porque depois eu tive outro caso, quando derrubaram Cubas [risos].

O.S. – Claro.

B.P. - Mas escolheu-se uma coisa que foi provisória, depois acabou em Brasília. Quer dizer, dentro da situação dele, eu acho que como asilado ele se portou conforme as regras.

O.S. - Você chegou a encontrá-lo?

B.P. - Não, não. Ali foi apenas uma coisa cartográfica. [risos] Um lugar que fosse conveniente, tivesse condições etc. Eu pessoalmente acho que a gente fez muito bem de dar esse asilo, não havia opção, deixar o Stroessner no Paraguai era para morrer, uma guerra civil, um movimento político. Eu quando fui para o Paraguai, que foi em 1998, eu estava na Bélgica, e fui convidado a assumir a embaixada do Paraguai porque havia crise no Paraguai, que era final do governo do Wasmosy. No governo Wasmosy, havia crise com o golpe do Oviedo, que havia tentado dar o golpe no Wasmosy. O Paraguai estava em processo eleitoral, e o Oviedo era candidato, e nessa época ainda podia ser candidato, e havia uma perspectiva forte para ele ser eleito presidente, até porque ele era candidato do partido Colorado, majoritário. Como muito bem me ensinou meu motorista paraguaio [risos], conversava com ele sobre as perspectivas eleitorais etc, parecia que, mais adiante, que o Laíno pudesse ganhar, ele dizia, “Embaixador, Colorado vota em Colorado”. O nosso embaixador lá era o Marcio, o Marcio era muito amigo do Wasmosy, se dava muito bem com o Wasmosy. Então, acabou que ele foi de alguma maneira envolvido nesse debate do Oviedo, que ele era responsabilizado, talvez no bom sentido, de ter contribuído para evitar o golpe do Oviedo. A perspectiva de que o Oviedo pudesse eventualmente ser presidente, tornava inviável a permanência dos que estavam envolvidos e frustrados com o golpe dele. Então eu cheguei lá e a situação já tinha evoluído bastante. E quando eu cheguei lá eu me encontrei com o temor de outro golpe do Wasmosy. Havia esse temor. Gozado porque o Wasmosy falava muito em ameaça de golpe contra ele etc, mas todas as pessoas que você conversava afirmavam que o Wasmosy naquele momento controlava os militares, os próprios militares, só, como se só ele fizesse. Então, houve aí um momento de muita tensão, até que a Suprema Corte Paraguaia inviabiliza a candidatura.

O.S. - Naquela época o senhor já havia entrado em contato com o Oviedo e estado em contato com os dois?

B.P. - Não, com o Wasmosy sim, que o Wasmosy era presidente. O Wasmosy inclusive volta e meia convidava o corpo diplomático inteiro para sessões duras lá no Mburuvicha Róga para explicar a situação e denunciar as tentativas contra ele. O Oviedo eu nunca tive contato, porque o Oviedo estava ainda preso, ele não tinha perdido os direitos políticos dele, estava detido. E tive contato com muita gente ligada ao Oviedo, inclusive com a mulher do Oviedo, muita gente, embaixadores recebem muita visita. Então a situação era essa, e chegou um momento que havia uma impressão generalizada. Quanto ao cárcere do Oviedo, criou-se um pouco a ideia de que o Laíno ganha; o Cubas era um desconhecido politicamente, era um empresário etc, mas não era uma pessoa de projeção política nacional. O Partido Colorado tinha, não sei se ainda tem essa regra maravilhosa de que quando sai o cabeça de chapa o vice assume, mas passa a ser vive o primeiro candidato derrotado pelo anterior, o que resultou no Argaña ser o vice de Cubas; inimigos completos [risos]. Para você ter uma ideia a senhora do Argaña não conhecia nem o Cubas, não tinha tido contato social. O primeiro contato social foi num jantar que eu fiz na embaixada, não se conheciam. Circulavam os dois no Partido Colorado, diferentes linhas, o Cubas na linha do Oviedo e o Argaña numa linha completamente diferente. O Argaña eu já conhecia porque ele tinha sido chanceler. Quando houve uma assembleia da OEA em Assunção, acho que foi a primeira assembleia que eu fui fora de Washington, o Argaña era chanceler. Bom, então se monta essa equação, absolutamente maluca, em que o Oviedo continua preso, passa Cubas a ser candidato a presidente, Argaña candidato a vice na mesma chapa, ganha a eleição, os Colorados ganham e o Cubas assume. O Cubas era uma pessoa que eu estimava muito, ele foi aluno da PUC, falava português perfeitamente, e sempre me pareceu uma pessoa que dentro daquele quadro estava tentando acertar, caminhando para fazer um governo melhor. Mas não tinha apoio algum, porque toda a parte não oviedista do Partido Colorado estava contra ele, então ele era visto como um preposto do Oviedo, e que de certa forma era, entrou para substituir o Oviedo, e fez a campanha dizendo “Cubas no governo, Oviedo no poder”, essa era a campanha.

M.T. - Explicitamente?

B.P. - É, nunca se escondeu isso. A família que era briga de colorados e liberais, não é tão grande...

[FINAL DO ARQUIVO 01]

O.S. - Embaixador, o senhor esteve com a sua família na Bélgica assim que soube desse desafio do Paraguai? Trouxe a família inteira? Porque Paraguai naquela época não foi uma coisa muito tranquila...

B.P. - Não, a minha mulher estava na Alemanha nessa época.

O.S. - Certo.

B.P. - Eu estava sozinho na Bélgica, a minha mulher estava na Alemanha porque ela era diplomata boliviana. Então ela estava em Bonn, e eu estava em Bruxelas. Aí ela veio comigo para Assunção. Mas meus filhos já estavam no Brasil, foram depois me visitar. Aliás, uma das minhas filhas até entrou na universidade lá, mas ela era do casamento anterior. Então eles estavam no Brasil. Assunção era um lugar perfeitamente vivível, as pessoas não gostavam muito, mas parecia uma cidade digamos do interior do Brasil em certos aspectos. Muita influência até linguística brasileira, palavras que eram em português na verdade espanholadas, uma presença de brasileiros muito forte no Paraguai. Da Argentina também, embora economicamente o Brasil seja muitíssimo mais importante, não só porque Itaipu funciona, a represa na Argentina nunca deu resultado. Na minha época lá continuava deficitário sempre, nunca se pagava, por vários motivos. Mas Itaipu era a principal fonte de renda do Estado. Assunção era uma cidade, não me lembro quantos habitantes tinha, pequena.

O.S. - Continua sendo. É uma cidade pequena, tranquila. Só que naquela época eu acho que tinha uma preocupação de segurança, porque havia protestos, logo depois havia manifestações, ou seja, havia certa instabilidade.

B.P. - Me chamou muito a atenção que eu quando voltei (voltei algumas vezes a Assunção), estava no Uruguai, onde eu era representante do Mercosul, fui às reuniões no Mercosul lá. Eu

fiquei muito impressionado porque o embaixador tinha segurança, eu saía sem segurança, eu nunca tive isso. O tempo que eu estive lá saía com a minha mulher em carro particular. Hoje em dia não sei se tem, mas alguns anos atrás, depois de eu ter o meu sucessor, eu me lembro do Valter Peçly, não podia sair sem segurança. O Marcio uma época tinha segurança, mas eu no período que passei lá nunca tive segurança. Nós tínhamos na embaixada fuzileiros. A embaixada tinha um grupo de sete fuzileiros.

M.T. - Normal.

B.P. - Normal, não, porque são poucas. Eu me lembro que naquela época era Assunção, Argel, tinha mais uma, mas, aliás fuzileiros que foram muito úteis na crise de 1999, **na** crise da queda de Cubas, que foi a crise que eu realmente vivi lá.

M.T. - Por que eles foram úteis?

B.P. - Primeiro, um elemento de dissuasão e no final da crise eu pedi reforço, segurança na Embaixada porque a coisa começou a realmente engrossar em Assunção, e tinha havido uma presença de gente da polícia lá. Ocorreu um boato que Wasmosy estava refugiado na embaixada, enviaram (ainda durante o governo Cubas, antes de Cubas cair) um grupo da polícia, queriam saber... Tive que fazer um protesto, dizendo que não admito que venha aqui polícia querendo questionar quem está ou não está na minha embaixada. Eles se desculparam...

O.S. - Durante toda essa época Cubas assume em 1998, em agosto ele ganha a eleição.

B.P. - É, agosto, porque a eleição é maio... Um prazo enorme até ele assumir, ele já assumiu derrubado. No momento que ele assumiu, ele tinha caído, quer dizer, já estava, já tinha se montado todo um esquema para derrubá-lo, com participação de liberais e colorados, havia um projeto claro de derrubá-lo e, inclusive, aprovaram uma lei, um negócio que retirava do presidente poderes de indulto, aprovaram em julho porque sabiam que Cubas ia assumir e o pessoal morria de medo do Oviedo. Então o Cubas ia assumir e resolveram soltar o Oviedo, aí todas as forças que não eram favoráveis ao Oviedo se mobilizaram pelo país.

O.S. - Qual foi o papel do Brasil em tudo isso? O senhor está dizendo que ele assumiu já pronto para cair, de uma certa maneira. Como o senhor definiria o interesse nacional

brasileiro em relação à situação política no Paraguai? Qual a sua comunicação com Brasília? O senhor falava “olha, isso aqui...” deve ter dado uma previsão disso aqui ia dar um problema.

B.P. - Nós tínhamos uma preocupação com a estabilidade e tratamos de, não diria assim interferir, mas em termos de viabilizar na medida do possível o governo Cubas. Uma pessoa que tinha simpatia pelo Brasil. Eu vim com ele ao Rio, ele fez uma palestra na PUC, ele estudou na PUC etc.

O.S. - O senhor o acompanhou já eleito...?

B.P. - Já presidente, em visita oficial como presidente, ele veio ao Brasil, não me lembro a data. Eu me lembro de uma conversa muito boa, que nós viemos num aviãozinho, os presidentes paraguaios usavam muito um avião de propriedade da Itaipu, um avião hélice, nada sensacional, mas nós viemos nesse avião. Eu me lembro de uma conversa que eu tive com ele nessa viagem. Ele disse uma coisa muito interessante: “estão dizendo aí, está correndo o boato, que a CIA quer me matar e que eu preciso reforçar a minha segurança, mas se a CIA quer me matar, eu não preciso de segurança, eu preciso de um padre”. [risos]. Mas enfim. Nós tivemos uma relação muito boa com ele. Aliás, ele tem um sobrinho que está no governo, a última vez que eu o vi estava no atual governo, participava do governo, e que no governo dele era secretário de planejamento. Tinha uma relação boa que havia alguns projetos e estávamos contando das condições.

O.S. - Certo. Em que medida o Brasil alertou aos grupos que já estão preparando o fim da presença de Cubas, dizendo que isso pode ter consequências? O Brasil entra em contato com aqueles grupos avisando de que...

B.P. - Fizemos inclusive no contexto Mercosul, com Argentina e o Uruguai também, alertando contra golpes. Não sei se é o Paraguai que inaugura isso, mas é uma coisa que se tornou recentemente moda, não é o caso do Paraguai. Já tinha acontecido outros casos, é o do golpe parlamentar, que substitui o golpe militar. Quer dizer, é uma coisa que se faz dentro, o Lugo foi o caso...

O.S. - 2012...

M.T. - O golpe constitucional.

B.P. - O Collor sofreu um golpe não militar, justificado ou não, não estou aqui fazendo julgamentos de valor. Mas você teve no Equador vários casos, houve vários episódios que não houve golpe militar, mas houve situações políticas, derrubou-se o presidente.

M.T. - Principalmente no caso de Lugo que foi tão rápido.

O.S. - É. Ele tinha pouquíssimo tempo.

B.P. - Eu pessoalmente acho que são situações em que ou você aceita as formas sem discutir a substância ou então você entra numa coisa muito complicada. Acho que nesse caso Lugo, como outros, você pode debater, a seriedade ou a necessidade ou os propósitos das forças que atuam para obter um resultado x, mas é complicado, você começa a entrar em análises constitucionais de cada país. No caso desse as formas foram seguidas, eu diria que não havia definição, que eu saiba, definição de prazos etc.

O.S. - Exato, não havia uma violação das regras constitucionais claras.

B.P. - Formalmente foi uma coisa jurídica.

O.S. - Dá para interpretar que foi correto. O senhor certamente sentia que as instituições paraguaias na época ainda não estavam tão fortalecidas. Na verdade que tinham um respeito na sociedade. Havia algum debate de um projeto a longo prazo de fortalecer a cultura democrática?

B.P. - Houve um pouco de conversa nesse sentido [risos]. Havia um pouco a ideia de que enfim, tinha começado um processo de redemocratização com a saída do Stroessner, e que depois se manteve, bem ou mal, tendo sido frustrado o golpe do Oviedo, continuava se mantendo e aliás se mantém até hoje. Havia sempre o temor de golpe militar. Houve golpes parlamentares. Eles substituem, talvez com vantagem [risos] que é uma coisa interessante, não é? Porque se você for pensar, em 1964 houve um golpe parlamentar, um golpe misto. O Parlamento participou ativamente do golpe nas declarações de vacância etc. Uma coisa que não foi fechado no Parlamento, foi coparticipar, não é uma coisa tão recente. Mas lá, no final, Cubas tinha perdido a sustentação política totalmente.

M.T. - A partir de quando?

B.P. - Desde o começo.

O.S. - Mas mesmo assim o senhor montou um projeto, marcava reunião numa tentativa de mantê-lo no poder, ou seja, isso não era uma coisa fechada, uma coisa combinada.

B.P. - Eu era até muito procurado por pessoas que falavam, que criticavam o governo, mas sempre o que se dizia é que nós tínhamos uma política muito clara contra qualquer tipo de violação, de construção de golpes militares, que isso teria consequências sérias. Esse alerta sempre foi dado, não só por mim, mas pela Argentina, pelo Uruguai, inclusive em nome do Mercosul, em declarações à imprensa. O Paraguai é muito politizado, muito mais do que aqui, você liga o rádio quatro horas da manhã tem gente discutindo política e pessoas telefonando. Há um nível de politização muito maior. O outro lado disso é que o Argaña era muito impopular, e não só em geral, mas entre o pessoal do partido também. Então de certa forma o Argaña era um segundo. Cubas cai, aí abre o caminho, porque a ideia de tirar o Cubas e botar o Argaña também não era uma coisa viável. Então eles tinham que eliminar, não sei como é aquela história do Argaña. Até hoje não entendi, não sei como foi, conversei muito com muita gente, vi muita coisa na televisão. Uma coisa um pouco estranha de correligionários chegarem, olharem, não terem reações.... Não posso afirmar nada, mas uma coisa muito estranha. E a partir dali...

O.S. - Isso foi março de 1999...

B.P. - Isso já é no final.

M.T. - Em 98 a crise foi se ampliando...

B.P. - É. A crise se deflagra completamente com a saída do Oviedo, quando solta o Oviedo. Quer dizer, ele estava peitando todo mundo.

O.S. - Mas consciente disso...

B.P. - Olha, eu não sei até que ponto, mas podia não ser pacto político.

O.S. - Como era o dia a dia de trabalho? Tinha uma linha direta para o presidente, você podia pegar o telefone e falar?

B.P. - Podia ligar.

O.S. - Quantas vezes por semana, por exemplo?

B.P. - Ah não. Não fazia isso com frequência não.

O.S. - Ele não lhe informava antes de tomar decisões?

B.P. - Não.

O.S. - Não tinha essa preocupação de dizer. Ele checava?

B.P. - Às vezes, às vezes, um ministro ou outro avisava “olha, estamos pensando em fazer tal coisa”, podia dar digamos uma explicação antecipada nesse sentido alguma coisa, mas não no sentido de pedir autorização ou consultar.

O.S. - Ou ver qual seria a reação do Brasil no caso?

B.P. - É, isso sim. Isso nós tivemos casos, sobretudo nessa parte aduaneira, um problema meio permanente com o Paraguai, negócio de triangulação etc. Então, havia temas de roubo de automóveis, e o tema que na minha opinião era para o Brasil naquele momento mais sensível, devo dizer que eu procurei não me meter em nada de Itaipu enquanto estava no Paraguai. Eu tomei a decisão de não entrar nesse debate, porque o debate começava, enfim, fulcro da oposição, a Itaipu era o ABC, que permanentemente levantava temas de Itaipu. “Se eu começar a discutir isso aqui, eu vou entrar num emaranhado que não acaba nunca, vou estar dando carne para o tigre, ele vai querer mais”. Então eu tomei a seguinte posição: Itaipu é uma empresa binacional, pertence ao Paraguai e ao Brasil. É uma empresa que não é do governo brasileiro, se vocês quiserem falar, falem com a direção de Itaipu, não venham falar comigo.

M.T. - Monopolizaria a sua agenda?

B.P. - Saí da conversa, eu ia perder sempre porque já tínhamos nos recolhido lá.

M.T. - Realmente, não só oficialmente, mas de fato não havia uma comunicação constante com a direção da empresa?

B.P. - Não, eu tinha. Eu falava com os paraguaios na empresa, conversava com eles, mas o que eu me recusei foi debater. Se saía um negócio criticando Itaipu, eu não saía dizendo “isso não é assim”. Isso é uma empresa internacional com direção paraguaia ... digam o que quiserem. Explicar isso [risos] pelos outros é meio complicado, e eu inclusive não conhecia a cozinha de Itaipu. Depois eu fui ser membro do conselho (depois que saí).

O.S. – Certo. Voltando à minha pergunta anterior, o senhor não foi avisado, por exemplo, da decisão de libertar Oviedo. O senhor soube pelo jornal?

B.P. - Eu sabia que ia acontecer.

O.S. - Ele havia avisado, mas o senhor não havia dito para ele...

B.P. - Eu tive uma série de contatos. O Oviedo tinha uma série de contatos que tinham interesse nisso, de explicar o que vem a ser o ministro da Fazenda. Então nessas conversas eu recebia muitas mensagens etc. Não sei, não me recordo em detalhes, teria que ler a *Folha de São Paulo*, com vários telegramas. Mas isso é um absurdo completo para nós.

M.T. - Como se deu isso?

B.P. - Foi essa lei de liberação de documentos.

O.S. - Agora recente, não naquela época?

B.P. - É, não naquela época. Queima a pessoa, não informa de boa fé, uma comunicação confidencial. Aqui não fizemos como os americanos fazem, de tirar os nomes. Muito ruim, não é?

M.T. - Principalmente tão recente assim, muita gente ainda está na ativa.

B.P. - Recente, um país tão próximo. Francamente, não acho que atenda ao interesse nacional. Vira uma coisa de fofoca, mas lá tem repercussão. O Wasmosy, por exemplo, leu coisas, quando eu mandei dizer. Aquela ideia que se houver golpe é dado pelo Wasmosy. Não

posso negar essa informação ao meu governo, mas também não posso imaginar que isso vá ser publicado.

M.T. - Publicado tão rápido.

B.P. - Mas era o que se dizia, não é? Enfim, mas eu conversava com muita gente. Gustavo Leite, este que está agora no governo, com ministro da Fazenda... enfim, várias pessoas que foram parte do Governo. E o próprio Cubas, mesmo ocasionalmente, mais longamente, na ocasião dessa viagem aqui ao Brasil eu estive um tempo com ele. Uma coisa que eu me recordo específica que eu liguei para ele foi quando mataram o Argaña, o homem estava absolutamente arrasado.

B.P. - Quando mataram o Argaña, liguei para ele, e ele estava... Ele percebeu que o próximo era ele.

O.S. - A coisa estava se complicando.

B.P. - É. E aí, enfim, o caldo vai engrossando progressivamente, aquelas manifestações na praça, que no fundo, se você fosse ver em termos de números, era pouca gente. Ali houve uma coisa que eu achei muito significativa na história dos franco-atiradores, do topo dos edifícios. Depois se repete na Venezuela. Não sabíamos de onde vinham esses franco-atiradores, mas que mataram algumas pessoas, ajudaram. A imprensa estava toda contra o Cubas, televisões, etc. Estavam botando fogo, lenha na fogueira.

M.T. - Ele não tinha apoio nenhum, de nenhum setor?

B.P. - Exatamente. Não, não tinha apoio. Eu acho que Cubas no fundo não tinha projeto de ser presidente. Não era dele, era um empresário que acabou circunstancialmente na presidência, não tinha carreira política não. Um homem que está ali aferrado, enfim, a coisa vai ficando cada vez pior. Eu me comunicava muito com o Seixas nessa época, Seixas Correa que era o vice-ministro, era o secretário geral, e falávamos o tempo todo. Eu falei uma vez ou outra aqui com Fernando Henrique também, mais no final. Eu acho que o que, digamos, acelera de alguma maneira o desfecho da coisa, é quando Fernando Henrique fala “pode vir, é melhor vir”.

O.S. - É o presidente que estabelece esse contato diretamente?

B.P. - Não, no caso foi porque Fernando Henrique tinha estado aqui não há muito tempo. Tinha estado com Fernando Henrique, e acho que tinha reuniões do Mercosul, tinha uma relação. Agora que os telefones funcionam [risos], os presidentes se falam mais diretamente, e o Fernando Henrique fala, enfim, de alguma forma o estimula a vir para o Brasil. Eles tinham um apartamento em Camboriú. Enfim, aí ele, Cubas, renuncia domingo à noite, e acho que domingo à noite mesmo ele faz o discurso e entrega a presidência. Na segunda-feira de manhã, meio dia eu estou na chancelaria da embaixada que é perto, minha mulher me telefona para dizer que o Cubas estava na residência -- que é o lugar certo, foi no lugar certo. Você tem que ir para a residência.

O.S. - Em vez da chancelaria...

B.P. - Não na chancelaria, por vários motivos. Porque a sede da embaixada é formalmente a residência, chancelaria é um escritório, e segundo porque é mais cômodo [risos]. Se você tiver que ficar no escritório é mais complicado.

M.T. - O senador boliviano foi para o lugar errado.

B.P. - É, o boliviano foi para o lugar errado.

O.S. - Ele veio sozinho, só ele?

B.P. - Ele veio com um primo dele.

O.S. - Duas pessoas só?

B.P. - É, só duas pessoas. E se instalou. Muito engraçado, porque eu estava conversando com o embaixador da França, que tinha vindo conversar para saber coisas e eu disse: “Senhor, me dá licença, mas eu tenho que sair”. Ele foi lá para a residência, estava lá, instalado. Ele me disse que ele tinha notícia que iam decretar a prisão dele, embora teoricamente ele tivesse imunidade como ex-presidente. Teoricamente não poderia ser preso.

O.S. - O senhor conhecia pessoalmente Cubas...?

B.P. - Ele tinha jantado lá em casa, tinha estado lá em casa...

O.S. - Certo, então, quando ele chegou...

B.P. - Ele e a então esposa e o Argaña...

O.S. - Sim. O senhor tomou a decisão de deixá-lo entrar. Ela não ligou para ver...

B.P. - Não, ele entrou. Os fuzileiros abriram o portão, ele entrou, se apresentou lá. Não foi questionada a entrada dele. Nem foi impedida, entrou, não sei se os fuzileiros acharam que era o presidente... [risos] Mas ele entrou.

O.S. - Mas o senhor foi informado que ele já estava na residência.

M.T. - O que se faz nessa situação? A conversa dele com o Fernando Henrique já deixou claro, já estava estabelecido.

B.P. - Bom, não tinha a menor dúvida que nós dávamos asilo. Não precisava consultar ninguém, eu sabia. Enfim eu concedi verbalmente de imediato o asilo.

O.S. - O senhor informou então o secretário-geral?

B.P. - Avisei, telefonei, “olha, o homem está aqui, preciso que me mandem um avião para levá-lo o mais rápido possível”. Primeiro porque você ficar com exilado é muito complicado, e segundo porque você mantê-lo naquele clímax também é muito difícil. Então eu já tinha uma guarda reforçada de fuzileiros.

O.S. - Quando foi tomada essa decisão de não só reforçar a segurança na chancelaria, mas também na residência, isso foi uma decisão tomada no contexto das manifestações?

B.P. - É. A guarda é na residência, na chancelaria tinha um ou dois fuzileiros.

O.S. - Mas a decisão de reforçar a presença deles...

B.P. - Foi antes, foi no contexto da crise que eu pedi um reforço.

O.S. - Antes do assassinato do Argaña, o senhor, o país começou a se voltar contra Cubas, o senhor naquela época já pressentiu a possibilidade de...?

B.P. - Não, não, foi na crise já. Não sei se foi depois do assassinato do Argaña, pode ter sido. Quando senti que o clima... , e, enfim, que havia perspectiva de violência etc, e sendo a embaixada do Brasil poderíamos ser objeto de alguma coisa.

O.S. - O senhor chegou a receber algum tipo de ameaça?

B.P. - Não. Houve esse episódio que eu relatei, mas isso ainda no governo Cubas, que veio o pessoal da polícia, querendo saber se o Wasmosy estava lá dentro etc. E que aí eu contestei, eles se desculparam.

O.S. - E o senhor falou que ele não estava...

B.P. - Não, eu não cheguei a tomar conhecimento naquele momento, porque os fuzileiros mandaram o pessoal embora. Isso muito antes de cair o governo, um pouco antes do final da crise, você então começa a ver que vem aqui buscar gente, esse negócio pode complicar. Aí eu pedi reforço, e foi um espalhafato. Jornal, um escândalo, chegaram os fuzileiros, enfim, um pouco como se tivesse havido uma intervenção militar brasileira.

M.T. - E não houve o direito de passagem para saída dele para o asilo? Não foi problemático?

B.P. - Não. Foi muito interessante porque eu telefonei para o ministro do Interior, novo, quem eu conhecia porque tinha sido presidente da Câmara... foi interessante porque a conversa começou e ele na verdade pensou que eu estava ligando para cumprimentá-lo, porque tinha sido nomeado para ministro do Interior. Então liguei para o ministro do Interior, falei assim, “olha, acontece o seguinte, o presidente Cubas pediu asilo, estou telefonando para pedir a garantia para a saída dele, estamos concedendo asilo”. Aí, “não precisava, não há nada contra ele...” etc. Então me ele disse “mande uma nota” e eu mandei uma nota pedindo e nesse meio tempo já tinha deslançado a operação, o avião para buscá-lo. Isso funcionou muito bem, a FAB funcionou muito bem. Ele entrou na residência ao meio dia, eu acho que às oito da noite mais ou menos eu estava decolando.

O.S. - Junto com o senhor?

B.P. - Não, veio o que era chefe de departamento das Américas, depois foi embaixador, Antonino¹, ele que veio para buscá-lo, veio num jatinho daqueles. Fizeram uma coisa muito sábia: o avião não desligou o motor, eles fizeram escala - não sei se saíram de Brasília - eles fizeram uma escala primeiro em Foz, reabasteceram. De repente botam açúcar na gasolina, enfim, aí embarcou. Foi um trajeto ali meio complicado, saímos em caravana com os adidos militares. Cubas veio no final. O presidente do Partido Colorado, veio e disse que queria acompanhar Cubas até o aeroporto e perguntou se eu tinha objeção. E o Cubas aceitou. Botei o Cubas no meio do carro, sentei de um lado, o presidente do partido de outro, para ele ficar mais longe da janela, não é? O motorista estava com colete a prova de bala, no banco da frente estava o adido militar com colete.

M.T. - Os senhores não?

B.P. - Não, não. Aquela história [risos], padre, confiar em Deus. Havia ali algumas pessoas no caminho gritando insultos, etc.

O.S. - Ah, sim. Então, sabia-se de toda operação?

B.P. - Se via claro.

O.S. - Em Assunção os boatos correm rápido.

B.P. - Um grau de comunicação muito grande. [risos] E havia viaturas do governo, polícia na frente e atrás, fizeram, montaram lá uma operação grande para a saída dele. E assim saímos até a base. Embarcou com a mulher e as filhas, uma das quais, coitada, foi morta de uma maneira horrorosa. Ela morreu asfixiada, num buraco, no porão de uma casa, um grupo daqueles que na minha época nem se falava, um grupo de terrorista o que seja, lá no Paraguai que sequestraram a filha. Não sei se era para pedir dinheiro, a moça morreu. E as filhas foram juntas, tinha aquele problema todo de reduzir a bagagem, um avião pequeno. O Cubas veio nesse carro da frente comigo e com esse presidente, e a mulher e as filhas em outro carro. Até o pessoal de televisão me deu uma fita que mostra a saída, até a chegada na base, e nós com todos os fuzileiros. Nós chegamos um pouco antes do avião e tivemos que esperar um pouco até chegar o avião. O Cubas se portou muito bem o tempo todo, ficou no escritório, na

¹ Antonino Lisboa Mena Gonçalves

residência, a tarde enquanto esperava, via um pouco de televisão. “Presidente, quer ver televisão?”, “desde que não seja paraguaia”. [risos] Ele estava tranquilo, nós tínhamos almoçado, chegou, inclusive eu chamei três adidos para cobrir as bases de segurança, e almoçamos lá. Ele e esse, não sei se é irmão ou primo, mais tarde a mulher e as filhas vieram.

O.S. - Foram recebidos em Brasília?

B.P. - Acho que eles foram direto para Camboriú. Foi uma transição. Assumi o González Macchi, fez um chamado governo de coalizão, chamou alguns liberais, chanceler liberal. Enfim, continuamos com relações normais. [risos]

O.S. - Certo.

M.T. - Não houve nenhuma turbulência?

B.P. - Não houve turbulência porque na verdade nós não interferimos no processo, a não ser na medida em que alertávamos contra um golpe, que na verdade não se consumou, porque houve um processo de renúncia, forçado, mas houve. Aí você não pode dizer, “mas ele não devia ter renunciado, não queria...” Isso eu não podia mais fazer... E se desenvolveu naturalmente a relação.

O.S. - O senhor vê alguma paralela daquela época de 99 com 2012...?

B.P. - Eu conheço pouco do episódio do Lugo, mas é um pouco isso, medo, perda total de apoio...

O.S. - Mas houve um argumento feito por algumas pessoas de punir, de alertar, já que foi uma... não exatamente uma ruptura constitucional, mas uma mudança rápida de governo...

B.P. - Uma derrubada constitucional. Você começa a transitar numa área que você tem duas possibilidades: ou você aceita as coisas como elas são ou, se não é do seu interesse, você pode fazer diferente, você pode dizer, “não, então...” Mas aí você está se metendo num caminho complicado, nossos amigos americanos, nem sempre dá certo quando você resolve. Enfim, não vamos entrar em outros casos. Mas no caso não houve nenhum momento de interrupção de relações diplomáticas. Depois há uma segunda ameaça de golpe em 2000.

O.S. - Exato.

B.P. - Perto de março também, pouco antes de eu ir. Acho que a Argentina era presidente do Mercosul, mas eu me lembro de ter feito declarações em nome do Brasil, e o Mercosul também, mas tinha que se começar a falar na hipótese de golpe militar contra o Macchi.

–**O.S.** - Por movimentações ainda do Oviedo?

B.P. - Supostamente.

O.S. - Que foi preso na fronteira. Isso é interessante, porque a gente entende como se inicia aquele processo de utilizar o Mercosul como uma forma de pressão, chamada *peer pressure*. Enfim, de projetar uma certa estabilidade e aumentar o preço de uma estrutura constitucional e dizer, “olha, qualquer coisa aqui tem um custo, depois de uma ameaça de...”

B.P. - Principalmente se for pequeno.

O.S. - Claro, claro, aí fica mais fácil.

B.P. - Ali no caso, você tinha três países que tinham vivido processo de golpe militar: Argentina, Brasil e Uruguai. Então é o que leva esses países a ideia de democracia etc, e é um pouco a versão sub-regional numa cláusula democrática, dentro do Mercosul.

M.T. - O que exatamente se fez no Mercosul nessa época?

B.P. - Não houve quebra.

O.S. - Não houve nenhuma ameaça formal de, por exemplo, suspensão de caso de golpe?

B.P. - Formal, não. Mas houve declarações como “isso terá consequências sérias.”

O.S. - Com o Oviedo pessoalmente ou...?

B.P. - Declarações públicas minhas e dos outros embaixadores. Agora não tenho na cabeça a cronologia do Mercosul nessa época, mas em algum momento eu era representante do país que presidia o Mercosul, no momento era Argentina. Eu não precisava me meter no Mercosul, porque Argentina e o Brasil já eram de suficiente peso. Mas o Mercosul também

servia nesse sentido que você está falando, não uma coisa bilateral, mas num organismo. Na época tinha quatro membros e alguns associados.

M.T. - A maior parte da condução, do acompanhamento da crise foi feita por vias bilaterais, Mercosul teve esse papel...

B.P. - Ah, sim. O Mercosul não tem, que eu saiba, não desenvolveu ainda nenhum mecanismo para acompanhar.

O.S. - Mas chama atenção que na época do Fernando Henrique, (isso pode ser uma hipótese) quando ele liga para o presidente pedindo que ele se mantenha no poder, isso realmente tenha sido um uso de instrumentos bilaterais mesmo. E hoje em dia percebe-se que, pelo menos formalmente, o Brasil procura utilizar as instituições regionais, uma abordagem menos de pressão bilateral.

B.P. - Bom, Unasul não existia. No caso do Paraguai, o Mercosul foi a plataforma.

O.S. - Não a OEA, nem nenhuma outra instituição?

B.P. - Não, não. Foi o Mercosul.

O.S. - E como ficou o papel dos Estados Unidos durante todo seu tempo em Assunção? O embaixador americano o procurava?

B.P. - A gente tinha muito contato. Era uma embaixadora chamada Maura Harty. Eu tinha muito contato com ela, e acompanhamos. Na crise final do Wasmosy ela era bastante crítica, mas no final do Cubas eu acho que ela estava muito na linha de que era melhor que o Cubas saísse. Eles eram muito contra o Oviedo. Havia denúncias de negócio de drogas, contrabando de drogas contra o Oviedo, coisa que eu saiba, nunca tinha sido provado. Mas eles não tinham a menor simpatia pelo Oviedo. E eu acho que por tabela, também não tinham simpatia pelo Cubas, na medida que ele era um representante do Oviedo no governo.

O.S. - Claro.

B.P. - Ela e os americanos fizeram até uma homenagem aos generais e tal. E ela (uma coisa que causou um pouco de surpresa) em Assunção, pouco depois da renúncia de Cubas, acho

que uns três meses depois, foi embora de uma forma que pareceu inesperada. Ela foi nomeada chefe consular de departamento de estado, que não é uma posição relevante, mas causou um pouco de espanto lá em Assunção. A rapidez da troca depois de uma coisa tão complicada. Não estava previsto que ela fosse embora nessa época. Se sabe que fulano vai embora e tal. Eu mesmo tinha data marcada para sair em julho de 2000, alias era para ter saído um pouco antes, fiquei um pouquinho mais, porque houve essa história, essa segunda conversa de golpe. Minha permanência estendeu um pouco. Mas ela... tivemos uma relação muito boa. Quem teve um papel importante foi o núncio, que era o Lorenzo Baldisseri , que depois saiu de lá e foi para a Índia, da Índia veio para Brasília, esteve com o núncio em Brasília, e agora foi para o Vaticano, uma posição importante no Vaticano, e ele ajudou muito em fazer contatos.. A gente conversava com frequência, Mercosul, mais o Núncio, o chileno, um grupo mais diretamente interessado na evolução dos acontecimentos.

M.T. - Quem mais eram os interlocutores? O Mercosul e o Chile... São os embaixadores que mais acompanhavam?

B.P. - Os dois países, os Estados Unidos são importantes em qualquer lugar, enfim, mas fora isso, Brasil e Argentina.

M.T. – Havia consultas regulares com Argentina, por exemplo?

B.P. - Estávamos conversando sempre. E havia uma coisa divertida: tinha um grupo latino-americano que se reunia. O secretário do grupo era de um país que não tinha relações com o Paraguai. Tinha relações só consulares. Então era um cônsul de Cuba [risos]. Era muito engraçado, era muito ativo. As relações são restabelecidas com Cuba, depois da derrubada do Cubas. Na época do Macchi, Saguier ministro, que resolve estabelecer, mas esse cônsul que estava lá há muito tempo e funcionava como, na verdade ele era embaixador.

[FINAL DO ARQUIVO 02]

M.T. - Eu tenho uma pergunta um pouco mais interpretativa sobre a conversa, o telefonema de Fernando Henrique para Cubas. Como foi a preparação? O senhor sabia que ia ter esse telefonema, que ia fazer sugestão de asilo?

B.P. - Sabia. Foi em Brasília através do secretário geral.

M.T. - Ele era seu principal interlocutor em Brasília?

B.P. - É, era. O secretário geral naquela época já viajava muito, mas viajava um pouco menos que o ministro. Enfim, ele ficou mais ou menos como monitor da crise. Eu comentei, o Seixas Correa, com quem eu tinha uma relação também de muito tempo. Também tinha com Lampreia, mas enfim, com o Lampreia tinha outros assuntos, o Seixas mais ou menos concentrou isso. E aí se montou essa conversa. Eu me lembro de ter falado uma vez com Fernando Henrique contando o quadro. Houve o telefonema, que eu mesmo tinha dito que achava apropriado, que a coisa não tinha mais volta, estava chegando ao ponto que tinha que sair de lá, não havia como. A mulher dele não queria, foi para a televisão junto com a filha, “um esforço de resistência etc”, mas ele não. Não são mais casados. [risos]

O.S. - Divergências políticas.

B.P. - Mais aí o Fernando Henrique eu acho que deu. A coisa estava armada.

O.S. - Havia uma resistência que foi notada ou ele concordou com aquilo, isso pode ter sido decisivo para ele tomar aquele espaço que ele acabou tomando depois? Essa segurança de que ele tinha...

B.P. - Eu acho, aí é um pouco mais análise psicológica do que política, eu acho que aquilo deu a ele um elemento que tinha apoio para essa decisão, que no fundo ele já tinha sentido objetivamente. Ele não tinha condições de permanecer. Podia durar um pouco mais, morreria talvez mais gente e ele acabaria saindo de uma forma ou de outra. Acho que não havia uma alternativa para essa decisão. Eu acho que o telefonema para o Fernando Henrique deu apoio para essa decisão, uma justificativa, e tornou claro também que não havia outra hipótese. Acho que ele nunca pensou também que nós fôssemos tomar uma medida drástica para mantê-lo porque não era viável.

O.S. - Ele havia indagado antes daquela conversa para o senhor, se seria possível pedir asilo, ou não houve?

B.P. - Nunca. Ele entrou na embaixada pedindo asilo, mas a gente conversou um pouco, ele estava recebendo informações também nesse momento. Enfim, levou meia hora para me dizer que queria o asilo.

M.T. - O Fernando Henrique tinha prometido, oferecido explicitamente?

B.P. - É, disse “venha para cá, deixa, saia daí, enfim, deixa” [riso], acho que ele não colocou em termos de asilo. Porque até podia não ser necessário, se a situação fosse mais tranquila. Podia viajar, se auto exilar, mas ali a coisa estava começando a ficar mais complicada, ele queria uma garantia também.

M.T. - Isso foi coordenado com a Argentina, por exemplo?

B.P. - Não. A Argentina deu asilo ao Oviedo. Saiu de lá e foi para a Argentina, e aí foi considerado asilado. Mas não, não foi coordenado. Ali não havia tempo mais. Era uma coisa que se desenvolveu num prazo de oito horas.

M.T. - Mas digo, o processo da conversa com Fernando Henrique de indicar a possibilidade de um asilo na saída dele?

B.P. - Não, não creio que eu tenha entrado nessa conversa com os argentinos, eu pelo menos, não sei se via Brasília, se tinha havido alguma coisa. Não, porque ali era uma coisa ainda, você não pode dizer que está havendo isso.

O.S. - O Oviedo o procurou em algum momento? Ele saiu da prisão, ou seja, ele o procurou em algum momento para convencê-lo? Porque ele era um homem muito ambicioso, inclusive ele morreu em 2010, como candidato, ou seja, foi uma pessoa com grande ambição e muito determinado a se manter perto do poder. Ele se aproximou do senhor?

B.P. - Eu estou tentando me lembrar se eu tive um contato com o Oviedo, mas se tive eu acho que eu teria gravado melhor. Me lembro da mulher dele, porque pouco tempo depois de eu chegar o Oviedo estava preso, o Cubas veio à embaixada junto com a mulher e com o advogado do Oviedo. Vieram conversar sobre a situação do Oviedo. Eu acho que eles vieram um pouco testar as águas, porque como havia aquela coisa com Wasmosy, eu acho que queriam ver um pouco qual era nossa posição naquele momento. Eu evidentemente os recebi imediatamente. Nessa época o Cubas já era candidato à vice. Mas não consigo me lembrar, tenho uma vaga lembrança, mas terá sido um contato muito superficial.

O.S. - Imagino que teria uma recordação muito específica de conversa com ele porque é uma pessoa importante..

B.P. – Não... É, me lembro de contato com outras pessoas menos importantes do que ele, mas com ele especificamente não me recordo.

O.S. – Certo. Só mais uma pergunta em relação ao papel dos Estados Unidos. Havia implicitamente uma expectativa, uma comunicação por parte dos Estados Unidos, do tipo, “cuidem aí do seu *back yard*”. Assim, o Brasil deveria cuidar desse problema? Os Estados Unidos, a embaixada dos Estados Unidos é um ponto de referência em vários países, inclusive da região, tradicionalmente.

B.P. - Lá também.

O.S. - Lá também, mas havia naquela época já algum tipo de comunicação para que o Brasil tomasse conta? Controlasse a situação? Porque havia sempre, até naquela época, até 99 havia uma possibilidade de conflito interno...

B.P. - Não, não havia. Quer dizer, talvez achassem isso, mas nunca foi colocado nesses termos.

O.S. - O Brasil simplesmente era um vizinho importante.

B.P. - É, eu acho que eles acompanhavam a atuação do Brasil etc, e sabiam que nós tínhamos, inclusive, até por causa de Itaipu. Mas não só por causa de Itaipu. Talvez a coisa mais importante fosse os brasileiros lá. Foi uma coisa que me ocupou muito no período que eu estive lá, e, infelizmente, não consegui resolver, que havia muita queixa dos brasileiros. Havia entre 300 a 400 mil brasileiros lá, gente de todos os níveis econômicos e culturais; proprietários de fazenda, peões, coisas variadas, e com muito problema de confronto. Porque, primeiro houve uma política do Stroessner de trazer gente do Brasil; depois houve o fato de que as terras são muito boas. Tanto é que a maior rentabilidade de soja é do Paraguai, bate Brasil, bate Estados Unidos. A terra era barata. Então, essa crise dos brasileiros tem uma relação com a Cidade do Leste, porque esse pessoal vendeu as terras (os paraguaios) e foram para a Cidade do Leste, viver de comércio. Aí as terras começaram a produzir com a mão de brasileiros, com uma reação lá. Então havia muito problema de ameaças. Não se conseguia.

Eu realmente trabalhei muito nesse assunto (inclusive, com esse ministro do Interior que deu a carta, a saída, o salvo conduto do Cubas) para legalizar a situação dos brasileiros, porque muitos deles eram ilegais.

O.S. - Era um pouco terra de ninguém, ou seja, a vigilância é mais fraca nessa região.

B.P. - Esse pessoal que ia para lá entrava, cruzava aquela fronteira com nada. Na época, eu me lembro que eu queria um carimbo no passaporte. Quando eu voltei, voltei de carro e eu queria um carimbo no passaporte para marcar a minha saída. Precisei ficar procurando alguém [risos] para carimbar o passaporte. Bom, então esse pessoal tinha problema de legalização da permanência, de identificação etc. E eles se queixavam muito. Não tenho razões para dizer que não fosse verdade, que eles entregavam os documentos, pagavam as taxas, e sumiam e nunca recebiam algo de mais de volta. Ficavam sem documento paraguaio e sem o documento brasileiro. Isso era uma fonte permanente de problema, todos os governos juravam que iam resolver. Até recentemente pelo que eu vi ainda não tinha resolvido. Aí havia conflito de terra...

M.T. - Inclusive violento.

B.P. - No oeste do Paraná também, sim. Eu, por acaso, sou do Paraná, eu sei que lá no oeste é também uma guerra constante. Então, mas isso era um problema complicado que nos preocupava muito. Com isso e com Itaipu, já tinha o bastante para se preocupar, não precisava ninguém nos estimular. [risos] Eu acho que talvez em nenhum outro país, o Brasil seja tão importante quanto é no Paraguai. O Brasil na Argentina hoje é muito importante, mas eu acho que talvez no Paraguai ainda mais. É mais importante do que é no Uruguai, mesmo Bolívia hoje tem uma relação mais intensa, mas eu acho que o Paraguai ainda é, por todos os motivos, o país onde a presença do Brasil é mais importante.

O.S. - Só por curiosidade, quantas pessoas, quantos diplomatas o senhor tinha na embaixada na época?

B.P. - Não sei. Deve ser perto de oito. O Paraguai se tornou um posto interessante. Tinha três adidos militares além dos oito. Nós temos um centro de estudo lá que é instalado na nossa antiga chancelaria. É uma cooperação, não sei como está agora isso, mas funcionava bem,

dava aulas de português etc. A embaixada é bem instalada, tinha teatro lá, me lembro que logo que eu cheguei, fizemos lá um show do Ivan Lins. Nós tínhamos uma relação com um rapaz que fazia um programa de música brasileira, uma daquelas rádios, então com ele a gente montava muita coisa nessa época. E havia muito interesse. Festival de cinema, essas coisas, uma presença forte. E evidentemente muita queixa, essa ideia do imperialismo brasileiro. E os paraguaios ainda não esqueceram a tríplice aliança... Uma memória permanente, quer dizer, o López. O Paraguai ainda é dividido entre golpistas e antigolpistas. Quando você sobe o palácio para apresentar credenciais, você tem busto do López, onde é suposto você fazer uma reverência. Lembro-me que quando eu fui, me disseram que faz uma reverência a bandeira do Paraguai. Essas coisas são os episódios divertidos. Mas há muito isso. Ainda uma coisa forte. Eu me lembro uma vez, eu fiquei impressionadíssimo porque era um dia 1º de março, chegavam os jornais brasileiros, e eu tinha visto já os jornais paraguaios. Aniversário, final da guerra, morte do López. Eu procurei nos jornais brasileiros e não achei nenhuma linha. E fomos nós que ganhamos! [risos] É uma coisa ainda muito, muito presente. E se revelou quão presente nesse episódio do não reconhecimento da queda O embaixador do Paraguai na OEA, até falei com ele depois, falei “você fez muito mal”. Ele fez um discurso falando da tríplice aliança e os três se juntando mais uma vez contra o pobre Paraguai. Eu disse: “você está indo por um mal caminho, porque isso é um episódio que não tem nada a ver uma coisa com outra, você está remexendo numa coisa do passado distante, que é melhor esquecer e superar porque colocado aqui como defesa, não é defesa de nada, não há a menor relação entre as coisas e nem proporção e nem coisa nenhuma”. Mas está na cabeça, ainda é um negócio que conta.

M.T. - Durante seu tempo no país, o Brasil tinha projetos de ajuda ao desenvolvimento em andamento, quer dizer, financiando?

B.P. - Nós começamos essa época com negócio de Itaipu, aí num determinado momento havia uma corrente do Paraguai que defendia que eles procurassem alternativas e vendessem mais energia de Itaipu para o Brasil. Eu sempre achei que o Paraguai tinha que vender menos, tinha que usar mais, para que Itaipu não fosse apenas uma *cash cow*.

O.S. - Um motor de desenvolvimento.

B.P. - Mas que fosse uma coisa que eles tivessem um interesse real, no bom funcionamento da empresa, senão vira uma coisa só para tirar dinheiro, vira um banco, e você não quer saber o que está acontecendo. Eu já tinha saído, mas saíram umas conversas inclusive da linha de transmissão de Itaipu para Assunção. Isso aí foi, não sei se foi etapa completa, mas foi financiado, estimulado pelo Brasil. Itaipu é fundamental para o desenvolvimento deles. Vai ter um preço para o Brasil. Nós vamos perder acesso a uma parte dessa energia.

O.S. - Claro.

M.T. - Uma última pergunta sobre a crise. Foi considerada seriamente a possibilidade de uma guerra civil? Trabalhou-se essa hipótese?

B.P. - Guerra civil, propriamente, acho que não. Eu diria guerra civil no sentido de enfrentamentos violentos, eu acho que isso poderia ter havido. Eu não sei, difícil avaliar. Não sei se haveria gente suficiente do lado do Oviedo para resistir, mas poderia ter havido confrontos mais violentos do que houve. Eu tenho dúvidas sobre essa história, por exemplo, desses franco-atiradores que matavam, se foi um movimento de provocação, não sei, pode ter sido. Essas coisas, a gente já viu tantos episódios tão complexos que é difícil você afirmar.

O.S. - Mas não havia um plano de evacuação rápida no caso de confronto geral?

B.P. - Não. Não porque na verdade o desfecho foi mais ou menos rápido, não é? Agora, era um grupo, na verdade, pequeno de manifestantes, não sei, 1.500, uma coisa assim. Houve alguns mortos. É um pouco também como o episódio, que eu acho mais complicado ainda, do assassinato do Allende. Prenderam pessoas, mataram pessoas e nunca se identificou o mandante. Eu, pessoalmente, tenho convicção que Cubas não tinha nenhum envolvimento. O governo paraguaio acusava o Oviedo. Não sei, talvez, Oviedo fosse um a pessoa especial. O Cubas eu tenho certeza que, ao contrário, talvez tivesse essa ideia de que o Paraguai de alguma forma pudesse garantir que ninguém queria ver o Argaña presidente...

O.S. - Uma outra dúvida em relação ao Mercosul e a cláusula democrática. O que levou a ela, o contexto paraguaio pode ter contribuído para isso como mais uma ferramenta para cuidar dessa situação no futuro? Porque no fundo, naquela época, quando você dota a cláusula, fora do Paraguai não há nenhum caso de preocupação. Seria correto assumir que a cláusula

democrática foi algo feito já pensando no caso paraguaio, para ter mais uma ferramenta institucional regional para aumentar a pressão?

B.P. - Olha, eu acho que a cláusula aparece como parte desse processo de construção institucional do Mercosul, em que ele vai ampliando suas fronteiras, não físicas, mas no sentido de abranger áreas não puramente comerciais. Ele avança nas áreas econômicas e avança nas áreas culturais, avança na área de direitos humanos e áreas políticas em geral. Eu acho que é nesse contexto. E tendo, enfim, por trás a lembrança recente dos regimes militares nos quatro países. Acho que ali era mais vista como um seguro comum, uma coisa mais ou menos assim.

O.S. - Não como pensando no Paraguai então?

B.P. - Não tão especificamente, acho. Acho que não.

O.S. - A possibilidade de um golpe, uma confusão no Paraguai que inviabilizasse a transição de energia elétrica de Itaipu para o Brasil, foi comentada à época? Afinal, o Brasil teve sempre um interesse em estabilizar e manter uma democracia estável no país por questões de segurança energética, porque pode afetar o interesse nacional de maneira pesada. Tinha uma ameaça crível de Oviedo dizendo assim, “se eu assumir essa energia vai ser só para nós? Havia essa ameaça real?

B.P. - Não, porque o dinheiro é muito mais importante que a energia.

O.S. - Claro, mas isso nunca foi utilizado como ameaça de que eles iam dobrar o preço?

M.T. - Não só ameaça, mas se riscos a Itaipu eram considerados no cálculo?

B.P. - Olha, no meu entendimento existe nas Forças Armadas um plano de segurança de Itaipu.

O.S. - Mas isso foi comunicado em algum momento, como isso ia ser? Não havia por parte do Oviedo ou de uma corrente dizendo que... “Itaipu é do Paraguai”, “Itaipu é nossa”?

B.P. - O tempo todo havia queixa, mas não vinha da parte do Oviedo, era da parte dos Zucolini, pessoal do ABC, que aqui entre nós, o pessoal dizia que ele tinha se tornado contra

Itaipu quando a empresa dele perdeu uma concorrência. Não posso afirmar que isso é verdade. Eu acho que a preocupação que Itaipu pudesse ser objeto de algum tipo de ação mas não uma coisa do Oviedo. Eu me lembro que quando houve 11 de setembro, houve um reforço de segurança em Itaipu, ficou todo mundo com medo que alguma coisa acontecesse. Vê que acontece em algum lugar, pode acontecer. Amanhã, de repente, um avião resolve bater na represa... mas não havia a ideia de que nós fôssemos reféns de uma coisa desse tipo em Itaipu, porque, digamos, não vender energia, eu creio que era impossível.

O.S. - Só para eles lá. Eles precisam, claro...

B.P. - Seria uma coisa de tamanho tiro no pé...

O.S. - Uma autodestruição...

B.P. - ...e que seria irreversível, e que possivelmente teria consequências que eu prefiro não imaginar. Acho que não tinha ninguém pensando nisso. É a tal da coisa, você nunca pode excluir um maluco que tente uma coisa dessas. Mas eu acho que mesmo os mais críticos, o que eles sempre tentaram, na época do Nicanor, que conseguiu alguma coisa depois, foi aumentar o pagamento pela energia.

O.S. - Exato. Inclusive conseguiram acertar?

B.P. - Conseguiram bastante. O mercado mudou, o mercado de energia mudou também, aquele cálculo de preço é um negócio...

O.S. - Realmente era justificado do ponto de vista objetivo? Era um preço relativamente baixo, não é?

B.P. - É, porque a energia de Itaipu que está no tratado é a que destina-se exclusivamente a amortizar a dívida, não é para dar lucro. Itaipu não é para dar lucro. O negócio de Itaipu é pagar a dívida, que é aqui com a Eletrobrás. Então a dívida termina, eu acho que agora em 2024, aí vamos ver como é que vai ficar. [risos] Tem dez anos ainda, mas acredito que até lá o Paraguai aumente seu consumo também, e nós tenhamos que buscar outras fontes. A área que é servida por Itaipu, que é muito grande, a empresa tem que amortizar na dívida. A partir daí...

M.T. - Uma curiosidade: o senhor foi embaixador em Cuba. A partir de 2006 até 2010, é isso?

B.P. - É.

M.T. - Isso pega parte do começo do governo Obama quando se discutiu possibilidade de uma relativa normalização das relações dos Estados Unidos com Cuba. Como o senhor acompanhou isso, como essas transformações em geral que estavam acontecendo em Cuba, como a embaixada do Brasil acompanha esse tema? Principalmente as relações de Cuba com os Estados Unidos, e o lugar de Cuba no sistema regional em geral.

B.P. - Nós, entre outras coisas, promovemos a criação desse sistema latino-americano e caribenho, que levou a essa visita inclusive do Raul Castro à Bahia. Depois a Brasília, etc. Nós temos excelentes relações. Eu acho que do ponto de vista econômico ainda não são maiores porque Cuba realmente não tem muito o que oferecer em termos de produção. Nós temos acordos nessa área de produtos farmacêuticos, onde eles têm um centro de excelência para alguns poucos produtos, mas fizeram acordos com laboratórios aqui, inclusive esse grande de Campinas, de genéricos. Veja, uma coisa interessante, agora não sei como está, o comércio cresceu, mas quando eu estava lá nós vendíamos para Cuba menos do que os Estados Unidos vendia para Cuba, com todo embargo. Apesar de todas as restrições que existem a esse comércio, os americanos que são práticos, eles exigem as restrições certas... duas ou três coisas que são do interesse nacional. Então eles permitem venda de certos produtos, alimentos e coisas assim, com duas condições: primeiro que tem que ser pago a vista, porque inclusive eles não permitem que Cuba participe do sistema bancário, e segundo que o transporte tem que ser em navio americano. Aí pode vender alguma coisa. E vendem. Eles têm uma enorme embaixada em Havana, que é uma sessão de interesses da embaixada da Suíça, um edifício grande, bonito.

O.S. - Mas uma pequena Suíça, é uma torre americana que é um anexo da embaixada da Suíça.

B.P. - A embaixada suíça é mínima. Mas o suíço que tem uma residência muito bonita, muito moderna, e com jardins projetados por Burle Marx. Mas enfim, os americanos, eles estão lá. Eu peguei dois americanos com atitudes muito diferentes. O primeiro era muito ativo junto

aos dissidentes enfim, estimulava muito os negócios. Ele diz que tem ascendência cubana. Os cubanos fazem de conta que ignoram isso, mas diz que tem uma família do interior de Cuba. Mas esse era muito ativo.

M.T. - Final do governo Bush.

B.P. - Era Bush

B.P. - Inclusive isso foi mostrado na televisão, passaram filmes, encontros dele com dissidentes, gravações de conversas com extremistas, aí ele foi embora e veio um outro representante. Esse era super discreto. Inclusive foi criticado nos Estados Unidos, e criticado pelos dissidentes porque não se metia nessa... não fazia esse jogo que o antecessor fazia. Eles mantêm lá uma não relação razoável. Eles têm um acordo de concessão de visto, os americanos garantem... isso foi uma coisa da época de Fidel, os americanos concordaram em dar um número x, acho que são 12 mil vistos por ano para cubanos que querem ir para os Estados Unidos. Isso era com o objetivo de evitar balseiros e coisas. Fidel fez esse acordo com eles. E às vezes os cubanos reclamam, o governo cubano reclama que não estão dando os vistos prometidos pelo acordo.

M.T. - O senhor não viu grande transformação nas relações?

B.P. - Olhe, há muita expectativa quanto a isso, há muita expectativa dos cubanos e de outros. Todo esse projeto do porto de Mariel, por exemplo, que a Odebrecht está liderando... isso começou quando eu estava lá e é uma coisa que viabilizaria aquele porto como uma base para muitas coisas. Inclusive para plataformas de petróleo que operam ali na área. Há muita gente apostando nisso. Há uma convicção que a economia tem sofrido modificações e está sofrendo, talvez, não tão rápidas. A situação econômica é muito difícil porque é uma ilha... Se quiser fazer uma comparação interessante procure ver os dados sobre a situação econômica de Porto Rico, que é um estado livre e associado dos Estados Unidos, com um regime capitalista. Tem todas as condições para se desenvolver, e está péssimo, está quebrado... Há uma coisa aí que [risos] eu não sei se devo atribuir à herança colonial. Tem alguma coisa que, acho o regime não facilita, evidentemente, o embargo, o bloqueio, também complicam muito, porque a remessa de dinheiro é uma dificuldade enorme, até para as embaixadas. Para você ter uma ideia a embaixada da China teve problemas de transferência

de recurso porque transferiu os recursos num dia. O banco da China em Nova York e o sistema são imbricados com o sistema americano, capacidade de transferir, redes, e eles são muito exigentes nesse negócio. Ao mesmo tempo, você vai a Miami e pega, tem 16 voos por dia, Miami para Cuba.

M.T. - Ponte aérea?

B.P. - Ponte aérea. Alguns são voos de charter, que são diários, tem companhias com nomes variados, e você vê, os aviões são da American Airlines [risos]. A passagem é muito mais cara do que seria de esperar, porque um voo mínimo, leva 40 minutos, e não só para Havana, voo para outras cidades de Cuba também, e cheios, completamente cheios de cubanos que voltam. Aumentou esse trânsito, esse tráfico na crise americana, porque governo passou a permitir que essas pessoas viessem. Então, hoje em dia quem saiu, eu não sei, talvez casos especiais, mas em geral, o cubano pode ir para levar coisa para a família, um monte e mais agora. Vão lá se tratar, usar serviços médicos gratuitos, uma coisa que é cara em Miami. Então vão lá, no dentista, etc.

M.T. - Uma não relação muito intensa.

B.P. - Uma não relação muito intensa. Eu não sei, Cuba não é um problema de política externa nos Estados Unidos, é um problema de Miami,

M.T. - Política Interna

B.P. - Política interna em Miami é que define um certo número de votos. Então você fala em Cuba aparecem logo dez sujeitos, aqueles irmãos, tem um que até tem um programa em televisão. Muitos dizem que essa é uma questão geracional. Acaba esse pessoal porque o pessoal jovem não quer saber, nem está pensando em voltar, nem está pensando em recuperar isso ou aquilo, estão em outra, já fizeram a vida etc. Agora, as reformas estão ocorrendo muito lentamente. Um barbeiro do estado, tudo, as coisas mais básicas... Evidentemente que não funciona assim na prática. Na prática... os cubanos têm uma expressão chamada, quando você quer uma coisa que não consegue pelas vias normais, você consegue *por la izquierda*, [risos] esquerda que cria uma coisa engraçada ideologicamente, mas é o jeitinho. Aliás, eles

têm muita coisa parecida com brasileiros e se acham muito parecidos. Então coisas que você não tem acesso formalmente, sempre tem...

O.S. - Jeitinho.

B.P. - As casas das embaixadas são mantidas por uma empresa estatal, então se você não consegue resolver que a empresa mande um electricista, você pergunta lá, não tem um sujeito aí que faz? E assim o país funciona muito nessa base. Os tais paladares, os restaurantes que começaram uma coisa assim, não podiam ter mais de seis mesas. De repente são coisas enormes funcionando, aí fecham um dia, depois abrem, é complicado. Agora estão numa situação complicada porque a Venezuela está tendo um papel comparável ao da União Soviética, a União Soviética quando cai deixa os cubanos literalmente pendurados na corda, e passando um período péssimo. Agora com Chavez eles tinham uma relação muito próxima, inclusive com o petróleo subsidiado, essa coisa toda. E a coisa aliás não está facilitando. Eles têm relações; você sabe que Havana é a capital latino-americana, excetuada Brasília, que mais número de embaixadas tem. Quando falam em isolamento de Cuba, um país que não tem embaixada lá, mas tem uma representação são os Estados Unidos, eles têm 105, 108 enquanto eu estava lá. E nós tínhamos passado recentemente, chegou um momento que eles eram quem mais tinham.

O.S. - Como segundo colocado depois de Washington no hemisfério...?

B.P. - Sim. O segundo é Brasília. Mas eu nem estou considerando Washington, entre digamos os latino-americanos. Primeiro é o Brasil e o segundo Cuba. Cuba chegou a ser o primeiro. Ora, por quê? Porque é um país que depende da sua política externa, tem uma política externa muito ativa, antes com soldados, agora com médicos.

M.T. - A criação das relações na África também?

B.P. - É claro. Aqui para nós, grande parte daquelas embaixadas estão indiretamente subsidiadas, eles sabem o que estão fazendo. Eles estão investindo permanentemente em política externa. Então você tem hoje praticamente em todos os países africanos lá, eles conseguiram uma penetração muito grande no Caribe. Hoje em dia os caribenhos estão praticamente todos lá também, criaram-se organizações em conjunto com os caribenhos etc.

M.T. - Qual foi a lógica por trás de criar a Organização da América Latina e Caribe? Você participou desse processo, qual foi o pensamento?

B.P. - Isso vai além da minha participação, acho que foi muito boa. Acho que faz sentido você ter uma organização. Não acho que seja uma coisa contra OEA, não faz sentido. É mais um fórum.

M.T. - Pode escolher quando for útil.

B.P. - A primeira reunião foi muito boa, na Bahia. Foi praticamente dominada pela presença cubana. Mas eu não participei desse projeto de criação disso não.

O.S. - Quando nós conversamos com o ministro Lampreia, ele contou que de uma visita. Ele visitou a ilha, inclusive, não só teve contato com o governo, mas também fez questão de...

B.P. - Receber o Payá.

O.S. - Isso. Que foi uma coisa interessante, depois conversamos com várias ONGs, a Human Rights Watch ajudou no processo de contato, inclusive houve uma certa reação do país. No seu tempo havia algum tipo de tentativa ou algum contato entre o governo brasileiro e a oposição, em visitas, algo desse tipo, ou foi tomada a decisão de não manter esses contatos?

B.P. - Não havia contato.

O.S. - Certo. Então o Celso Amorim, por exemplo, nessas visitas esse não foi um tema?

B.P. - O Lula esteve três vezes lá enquanto eu estava e também não houve, nem com o Celso, não houve contato. Acho que eles não esperavam.

O.S. - Em retrospectiva, aquela visita foi pouco usual. Poucas visitas latino-americanas procuram estabelecer contato com a oposição. Não houve nenhum interesse por parte do Brasil de manter esse contato para saber, monitorar a situação? Ou seja, naquela época não havia nenhuma expectativa de que podia haver instabilidade política, seja de abertura, nada desse tipo?

B.P. - Não. Aliás, diga-se de passagem, a Colômbia chegou a ter uma relação boa, quem estava lá em Cuba era Julio Londoño, que foi chanceler, depois foi embaixador na OEA. Coincidiu comigo na OEA, depois foi embaixador na ONU, depois ele ficou acho que 12 anos em Havana, e ele, nessa época, tinha várias outras funções. Ele tinha negócio de Tribunal em Haia, Nicarágua, Brasília. Era ele que levava, mas havia em Havana, nesse período, conversações com ULN, não com as Farc, que agora está havendo. Era um grupo menos importante, mas eles se instalaram lá durante um tempo. Os cubanos, inclusive foram embora sem agradecer, a Colômbia tinha agradecido. Mas tinham uma relação com o Uribe.

M.T. - Estão negociando lá, com as Farc.

B.P. - Agora de novo. Uribe está na oposição. Mas mesmo na época do Uribe que era um sujeito... bom, o atual presidente também era um sujeito considerado duríssimo, na época do Uribe, mas estão negociando lá, agora as Farc. Eles têm tido, eu acho que tem procurado ter um papel construtivo nessas coisas. Eles inventaram uma espécie de *Peace Corps* cubano, os médicos, manda soldados, esse pessoal, eu acho que com melhores resultados para todos.[risos]

O.S. - Inclusive agora estão na África.

B.P. – Sabe, que eu tive a primeira experiência com eles na África em 1974. Acho que em 74, que eu fui à nossa embaixada em Moçambique, e cheguei lá e havia uma tremenda mortandade em Moçambique porque eles estavam com médicos, acho que búlgaros, que não sabiam nada de doença tropical ou coisa parecida. Então qualquer pessoa que ficava doente eles tratavam como se tivesse malária, e nesse processo [risos] muita gente morreu. Aí vieram os cubanos que... acho que em Cuba não tem malária, mas...

O.S. – Sabiam muito.

B.P. – É. Tinham uma ideia e funcionou muito bem lá. Isso aí já era depois de Angola, não é?

O.S. - Claro, que em Angola, não mandou só médicos, havia também uma interferência militar.

B.P. - Tinha uma presença importante lá, que, aliás, saíram de Mariel. Ali foi o porto de saída dos marinitos, aquele pessoal que Fidel disse, “quem quer ir, vai”. Saíram todos ali em Mariel. Mas as tropas cubanas que foram para Angola saíram de Mariel também.

O.S. – Certo. Inclusive agora foram liberados documentos de que o Kissinger, na época, estava considerando uma intervenção em resposta, quando soube da presença de tropas cubanas em Angola, a interferência cubana num outro país.

B.P. - Se os cubanos não fossem, a África do Sul teria ocupado. Quer dizer, outra história.

O.S. – Pois é. Ótimo. Muitíssimo obrigado.

M.T. – Muito obrigado.

[FINAL DA ENTREVISTA]